

Procurador-geral apelará decisão que impede ação de desacato à corte contra ativista climática Trudi Warner

O procurador-geral do governo apelará contra uma decisão que impede uma ação de desacato à corte contra a ativista climática Trudi Warner por segurar um cartaz sobre os direitos do júri fora de um tribunal britânico, conforme revelado pelo Guardian.

O juiz Saini decidiu no tribunal superior no mês passado que não havia base para tomar medidas contra Warner, de 69 anos, por segurar o cartaz que informava os jurados sobre seu direito de absolver um réu com base **giro bet giro bet** consciência. Ele disse que a alegação do governo de que o comportamento de Warner caiu na categoria de desacato à corte era "ficcional".

Na **giro bet** decisão, o juiz Saini acusou o promotor-geral de "caracterizar significativamente de forma equivocada" as evidências, quando seus advogados alegaram que Warner se comportou de maneira intimidadora, confrontando potenciais jurados fora do tribunal. Sua decisão também reiterou que havia um princípio bem estabelecido **giro bet** direito do poder de julgamento do júri; um poder de fato para absolver um réu independentemente das instruções do juiz.

Mas os advogados do promotor-geral, Robert Courts, informaram os advogados de Warner que estão apelando contra a decisão.

É outro capítulo **giro bet** uma ação legal de um ano contra Warner por **giro bet** protesto solitária fora do tribunal no início de um julgamento de manifestantes do Insulate Britain por um bloqueio de estrada pacífico. O cartaz de Warner se referia a um caso de 1670 que consolidou a independência dos jurados, conhecido como "caso Bushel", **giro bet** que um júri se recusou a encontrar réus culpados apesar de terem sido instruídos repetidamente a fazê-lo pelo juiz.

O cartaz de Warner dizia: "Jurados, você tem um direito absoluto de absolver um réu de acordo com **giro bet** consciência." Ela atuou depois que o juiz Silas Reid proibiu os manifestantes de mencionar a quebra do clima como parte de suas defesas.

Ao saber da ação legal adicional do governo para perseguir Warner por desacato à corte - o que poderia acarretar uma pena de prisão de dois anos ou uma multa - Warner disse: "Isso é realmente chocante, na verdade. Eles claramente querem fazer um exemplo de mim. Em um senso, não estou surpreso, mas isso é apenas mais dinheiro público, e é chocante."

Warner ficou do lado de um tribunal da Coroa de Londres por 30 minutos **giro bet** março passado segurando o cartaz à medida que membros do público, advogados e potenciais jurados entravam no tribunal. Ela segurou o sinal no primeiro dia de um julgamento por infração de membros do grupo de campanha climática Insulate Britain.

O dia seguinte ela foi presa fora do tribunal e colocada no banco dos réus diante do juiz. Ele se referiu à **giro bet** ação ao promotor-geral que buscou permissão no tribunal superior no mês passado para processá-la por desacato à corte.

Um porta-voz do promotor-geral foi contatado para comentários.

Reino Unido: Mulheres **giro bet** risco com propostas de lei restritivas sobre aborto

Enquanto o projeto de lei de justiça criminal passa pelo parlamento, mais uma mulher, Sophie Harvey, está **giro bet** julgamento por uma suposta interrupção ilegal da gravidez, após ter tomado comprimidos para encerrar **giro bet** gravidez quando já estava além do limite legal de 24 semanas. Ela tinha apenas 19 anos na época e agora enfrenta uma sentença de prisão

perpétua.

Qualquer pessoa preocupada com os direitos das mulheres deve se alarmar não apenas com este julgamento, mas com duas emendas à lei propostas, visando o aborto na Inglaterra e no País de Gales. A primeira, da deputada conservadora Caroline Ansell, visa reduzir o limite de aborto para 22 semanas. A outra, proposta por Liam Fox, também conservador, impediria a escolha da mulher sobre se interromper uma gravidez onde houver suspeita de Síndrome de Down, até o nascimento.

Essas emendas são sintomas de um novo discurso anti-aborto, que vem se infiltrando na política do Reino Unido desde a revogação do caso Roe v Wade nos Estados Unidos **giro bet** junho de 2024, priorizando a vida – ou melhor, a existência – do feto, **giro bet** detrimento da vida e dos direitos de **giro bet** mãe.

Ansell's amendment

A justificativa por trás da emenda de Ansell é dados que mostram que avanços médicos permitem que mais bebês nascidos prematuramente aos 22 semanas sobrevivam do que aos 24. No entanto, pesquisas publicadas **giro bet** novembro de 2024 pela Universidade de Leicester e o Imperial College London mostram que a maioria dos bebês nascidos antes de 24 semanas ainda morre, com apenas três de cada dez bebês nascidos aos 22 semanas provavelmente sobrevivendo até serem dispensados do hospital. Aqueles que sobrevivem gastarão muitos meses **giro bet** cuidados intensivos no hospital e geralmente ficam com sérios e duradouros prejuízos. Forçar as mulheres a dar à luz **giro bet** tais situações beneficiaria quem, exatamente? Como alguém que já enfrentou essa perspectiva, posso dizer que o aborto, tão horrível quanto é, é algumas vezes a opção menos ruim.

Emendas para decriminalizar o aborto

Duas emendas à essa lei (de deputadas trabalhistas Diana Johnson e Stella Creasy) visam decriminalizar o aborto. Visto que isso já aconteceu **giro bet** Irlanda do Norte, deveria ser um formalidade na Inglaterra e no País de Gales – embora isso não seja uma certeza. Diante do que aconteceu nos EUA, onde mais de uma dúzia de estados proibiram o aborto inteiramente, o fato de que essa seja mesmo discutida entre políticos deveria servir de advertência: não podemos e não devemos supor que nossos direitos ao aborto são garantidos. Lembre-se de que muitos MPs neste governo – neste gabinete – votaram para restringir os direitos ao aborto e expressaram apoio à proibição de abortos no início do período de gestação.

Como muitas vozes preocupadas predisseram, a mudança constitucional monumental nos EUA emboldceu nossos ativistas anti-escolha aqui no Reino Unido (recuso-me **giro bet** chamá-los pelo nome escolhido por eles, pró-vida). Os grupos anti-aborto estão extremamente ativos nas redes sociais e, apesar da legislação para criar zonas tampão **giro bet** volta de clínicas de aborto – ainda atrasada – eles ainda assediam mulheres que tomam decisões médicas profundamente pessoais e muitas vezes muito difíceis. Eles estão claramente bem organizados e financiados. Perguntamos: de onde vem esse dinheiro?

Ativistas e políticos conseguem minar nossos direitos reprodutivos porque o aborto, tecnicamente, é um crime no Reino Unido, sob leis feitas **giro bet** tempos vitorianos. Ao contrário de outros problemas de saúde – pois é claro, o parto é muitas vezes uma questão de vida ou morte – sendo um assunto criminal significa que uma mulher não pode apenas dizer que quer ou precisa de um procedimento; ela deve primeiro obter a aprovação de dois médicos e atender a determinados critérios. Isso geralmente leva a atrasos, o que causa estresse e faz as gravidezes crescerem mais avançadas (ou seja, mais complicadas e exigindo tratamento cada vez mais invasivo).

Como Creasy, acredito que o aborto deveria ser totalmente descriminalizado e que nenhuma

mulher deveria ser processada ou presa por ter um. A experiência pessoal me mostrou que nenhuma mulher escolheria ter um aborto tardio se não fosse absolutamente necessário. Em 2012, após meses de exames e testes invasivos, descobri que o bebê desejado que estava carregando tinha uma doença cromossômica extremamente rara e grave. Se ela nascesse viva, o que estava **giro bet** grave dúvida, ela sofreria muito e quase certamente morreria **giro bet** alguns meses. Eu estava grávida há 23 semanas.

Depois de muitas discussões dolorosas, escolhi interromper minha gravidez para poupar minha filha do sofrimento. Aos 24 semanas de gestação, isso foi extremamente traumático física e emocionalmente. Depois de um procedimento para parar seu coração, tive que ser induzida, então passar por um parto e um aborto espontâneo. O nome da minha filha era Elodie e nunca esquecerei dela, ou o que passei.

Muitas mulheres não descobrem o que está errado com suas gravidezes até tarde. Um prazo legal iminente mais cedo poderia forçar as mulheres a fazer uma escolha para interromper a gravidez antes de terem as informações completas – o que poderia levar a mais abortos. Colocando os direitos de um filho não nascido antes dos da mãe, estamos colocando o primeiro pé **giro bet** um declive escorregadio. Não esqueçamos que, **giro bet** alguns países, as mulheres já estão presas por terem abortos espontâneos.

A verdade é que não há necessidade de reduzir os prazos legais porque poucos abortos tardios ocorrem no Reino Unido. Em 2024, apenas 1% dos abortos foram realizados após 20 semanas. Na minha opinião, a discussão sobre a viabilidade é um cavalo de Tróia, uma distração do que realmente está acontecendo aqui: o desgaste constante dos direitos das mulheres por aqueles que querem ver os abortos proibidos. Precisamos descriminalizar o aborto para que isso não aconteça.

Informações do documento:

Autor: jandlglass.org

Assunto: giro bet

Palavras-chave: **giro bet - jandlglass.org**

Data de lançamento de: 2024-08-15